



1º de Maio de luta!

"Proletários, uni-vos". O histórico chamado de Karl Marx segue mais atual do que nunca, apontando para a classe trabalhadora que a unidade é o único caminho possível de resistência à avalanche conservadora que ameaça o país. Por isso, a CUT, a CTB, a Intersindical e os principais movimentos sociais do Brasil estarão novamente nas ruas neste Primeiro de Maio, ampliando a luta por direitos e contra o retrocesso, reivindicando reformas, defendendo a democracia e o patrimônio público.

"Fundamentalmente é uma demonstração de luta e de organização com reivindicações cla-

ras chamando à batalha os trabalhadores, pois não temos outra saída a não ser defendermos de maneira unificada nossos direitos", revela o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

Esse Primeiro de Maio acontece em uma conjuntura bem diferente dos últimos anos, com um Congresso Nacional extremamente reacionário e a classe trabalhadora sob ataques sem precedentes. Para se contrapor à onda conservadora, as três centrais sindicais de esquerda - CUT, CTB e Intersindical - realizarão atos unificados e manifestações públicas em diversas capitais do país,

com ampla participação dos sindicatos, estudantes, movimentos populares e entidades que lutam por igualdade de direitos.

"Será um marco inicial para unificação da esquerda brasileira, da construção de um bloco da esquerda que leve em conta sindicatos, movimentos sociais e até partidos políticos que tenham em comum a defesa da classe trabalhadora, da liberdade e da democracia. A direita conservadora tentará trazer o retrocesso ao país e conseguirá, se não fizermos o enfrentamento", alerta o presidente da CUT.

SE LIGUE!

Muito mais do que um feriado, o Primeiro de Maio é um dia de luta, que resgata o espírito classista dos trabalhadores em todo o mundo. A história desta data remonta a 1886, quando operários de Chicago (EUA) desencadearam uma greve geral em primeiro de maio cobrando a redução da jornada de trabalho que era superior a 16 horas diárias. A polícia reprimiu violentamente o movimento, ferindo e matando trabalhadores. Os líderes grevistas passaram a ser perseguidos e o movimento de Chicago tornou-se um marco em todo o mundo. Em 1889, a Internacional Socialista transformou o primeiro de maio em dia mundial de luta por direitos e reivindicações da classe trabalhadora. A luta surtiu efeito e, em 1919, a jornada diária de oito horas passou a ser lei na França, que também instituiu o primeiro de maio como feriado nacional. Outros países fizeram o mesmo, inclusive o Brasil, onde a data foi oficializada em 1925. Tentando desvirtuar o sentido classista desse dia, os patrões ainda hoje se utilizam do feriado para reverenciar o trabalho e não o trabalhador.

PARTICIPE!

Participe dos atos e manifestações do Primeiro de Maio em sua cidade. Some-se aos milhares de trabalhadores brasileiros que estarão nas ruas, lutando por direitos e por reformas. Confira as principais reivindicações:

- Em defesa dos direitos, contra o PL 4330, contra o ajuste fiscal e contra as MPs 664 e 665
- Em defesa da democracia, contra o golpismo e a intolerância
- Pelo combate à corrupção e ao financiamento privado de campanhas eleitorais
- Em defesa da Petrobrás e do pré-sal, patrimônios do povo brasileiro

● Pressão contra o PL 4330 aumenta

Agora é derrubar o projeto no Senado

O Projeto de Lei 4330, que libera a terceirização para as atividades-fim e todos os setores da economia (inclusive serviço público e empresas estatais), passou apertado pela Câmara dos Deputados Federais, após muita luta da CUT, da CTB e da Intersindical, que vêm somando forças junto com os movimentos sociais em defesa dos direitos trabalhistas e contra a precarização. A pressão tem surtido efeito e alterou consideravelmente a correlação de forças no Congresso Nacional, entre a primeira e a segunda votação do PL 4330 na Câmara, e será fundamental para derrubar o projeto no Senado.

"Com quinze votos a mais, teríamos invertido o placar e derrubado a proposta de terceirização", declarou o deputado federal Ales-

FOTO: CUT



sandro Molon (PT/RJ). A diferença entre a primeira e a segunda votação do PL foi gritante: num espaço de duas semanas, as mobilizações das centrais sindicais e dos movimentos sociais fizeram com que diversos deputados que

estavam favoráveis ao projeto mudassem de ideia.

A emenda aglutinativa que sacramentou o PL 4330 na Câmara foi aprovada no dia 22 de abril por 232 parlamentares, enquanto 203 votaram contra. Já na primeira votação,

que aprovou o texto-base do projeto no dia 08 de abril, foram 324 votos a favor e 137 contrários. Ou seja, entre a primeira e a segunda votação, a diferença caiu de 187 para 29 votos.

Em reunião com a CUT, CTB e outras centrais sindicais contrárias ao PL 4330, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), garantiu que o projeto não vai tramitar da mesma forma acelerada e açodada como ocorreu na Câmara. O presidente da CUT, Wagner Freitas, ressaltou que os trabalhadores aumentarão a pressão contra o PL 4330 e poderão realizar uma greve geral, caso o projeto avance no Senado. "Nós pretendemos que isso seja resolvido por negociação. Mas se não funcionar, vamos fazer uma greve contra o projeto da terceirização", afirmou.

Basta de mortes e de precarização!

Petroleiros e várias outras categorias realizaram manifestações e atos no dia 28 de abril, cobrando condições seguras de trabalho e respeito à vida. A data marca o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho, que só no Brasil, segundo dados oficiais, somam mais de dois milhões de pessoas. A OIT estima que no mundo são cerca de 2 milhões de trabalhadores mortos a cada ano por acidentes ou doenças ocupacionais. Uma média absurda de três óbitos por minuto!



Levantamento feito pelo Dieese aponta que entre 2011 e 2013, as empresas comunica-

ram a ocorrência de 2.152,524 acidentes de trabalho dos quais 48.542 causaram incapacitações

permanentes. Segundo o TRT, somente em 2013 os acidentes mataram 2.792 trabalhadores no país. Uma tragédia que atinge principalmente os terceirizados, que são as maiores vítimas da insegurança e da precarização. No Sistema Petrobrás, nos últimos 20 anos, 356 trabalhadores perderam a vida trabalhando, sendo que 290 eram terceirizados. Daí a importância de barrar o PL 4330, que pretende terceirizar todas as atividades no país, violando direitos e precarizando ainda mais o trabalho.

Greve em defesa da UO-Sul

Como forma de resistência ao plano de desinvestimentos da Petrobrás que ameaça reduzir e até mesmo acabar com as atividades da Unidade Operacional Sul (UO-Sul), os trabalhadores decidiram em assembleia entrar em greve por tempo indeterminado a partir do dia 03 de maio. Segundo o Sindipetro-PR/SC, "o movimento deixa claro a discordância dos empregados da UO-Sul com a sua extinção e a transferência do efetivo para outra unidade do Sistema e que não serão cumpridos quaisquer atos administrativos adotados pela companhia, como, por exemplo, a convocação para ambientação na UO-BS como prévia de possível transferência". A UO-Sul é responsável por uma produção diária de 73 mil barris de petróleo em Itajaí, Santa Catarina.

FOTO: Sindipetro PR/SC



O balanço da Petrobrás e a disputa pelo pré-sal

Com a divulgação dos resultados operacionais e contábeis do terceiro e do quarto trimestres de 2014, a Petrobrás vence o primeiro grande desafio da crise que se abateu sobre a empresa desde o início do ano passado. Agora é hora de virar a página e fortalecer investimentos estratégicos, que geram emprego e renda para milhares de brasileiros. Os trabalhadores, como sempre, têm sido essenciais para a recuperação da companhia, como apontam os resultados operacionais. Enquanto várias outras petrolíferas apresentam quedas acentuadas em suas reservas e níveis de produção, a Petrobrás em 2014 conseguiu elevar em 5% a produção de petróleo e gás, bateu recordes na exploração do pré-sal (713 mil barris em dezembro) e aumentou em 2% o refino de derivados.

Apesar de ter registrado no ano passado um lucro bruto 15% superior ao de 2013, a estatal acabou amargando um prejuízo de R\$ 21,6 bilhões, em função, principalmente, da desvalorização de ativos e da queda nos preços do barril de petróleo. Somam-se a isso as baixas contábeis de operações realizadas com empresas investigadas pela Lava Jato, o que, na opinião de vários especialistas, são uma estimativa forçada para responder ao mercado.



“O balanço da Petrobrás, ao menos quanto à corrupção, foi um factóide. Um factóide de 2 bilhões de dólares que representa o ponto culminante de uma série de factóides produzidos por um jogo de pressões voltado para encontrar, doa a quem doer, chifre em cabeça de cavalo”, afirmou o jornalista Mauro Santayana, em artigo amplamente reproduzido, onde critica veementemente a atuação da consultoria estrangeira que auditou o balanço da estatal, estimando prejuízos causados por corrupção com base em uma “teoria do domínio do boato”.

“Desde que o Brasil adotou o regi-

me de partilha, as corporações do setor fecharam o cerco à Petrobrás, mediante analistas do setor financeiro e agências de risco, para desidratar a empresa e assim torpedear o modelo de partilha”, declarou o vice-presidente do Conselho Federal de Economia, Júlio Miragaya, à última edição da revista Carta Capital, cuja reportagem de capa aborda a recuperação da estatal.

O fato é que, no rastro da Operação Lava Jato, o PSDB, o DEM e o PMDB já ingressaram com projetos de lei na Câmara e no Senado para acabar com o modelo de partilha e a exclusividade

da Petrobrás na operação do pré-sal. A cadeia produtiva que gira em torno da petrolífera também já começou a ser desarticulada, paralisando investimentos e, conseqüentemente, causando demissões. Segundo estimativas do Sindicato das Indústrias da Construção Naval (Sinaval), mais de 10 mil postos de trabalho foram fechados nos estaleiros e mais 30 mil empregos poderão ser extintos nos próximos três meses. Na indústria de máquinas e equipamentos, já ocorreram 13 mil demissões em 2015 e nos setores ligados à Construção Civil, foram 241.580 postos de trabalho encerrados desde setembro do ano passado, segundo o Caged.

A retomada de uma agenda positiva para a Petrobrás, portanto, é fundamental na recuperação da indústria nacional e para garantir que o pré-sal seja de fato uma nova fronteira de desenvolvimento para o país. Mais do que nunca, é hora do governo fortalecer a empresa e a política de conteúdo nacional, se contrapondo aos ataques da mídia e aos setores que defendem o fim do modelo de partilha e a privatização da estatal. A FUP e seus sindicatos seguirão adiante, mobilizando as centrais sindicais classistas e os movimentos sociais na defesa da soberania e dos interesses nacionais.

Acordo conquistado pela FUP garante PLR

No balanço da Petrobrás, foi provisionado um montante de R\$ 1 bilhão e 45 milhões para ser distribuído aos trabalhadores a título de Participação nos Resultados, conforme assegurado pelo Acordo de Regramento da PLR que a FUP e seus sindicatos assinaram com a empresa no ano passado, após anos de luta. O Acordo, que foi duramente criticado pelos sindicatos dissidentes que fazem oposição à FUP, garante que os trabalhadores sejam remunerados, mesmo na ausência de lucro, desde que alcançados os resultados operacionais conforme as metas dos indicadores acordados com a categoria.

No texto das Demonstrações Contábeis da Petrobrás, o item 22.7 (que trata sobre Participação nos Lucros ou Resultados) comu-

nica aos acionistas que “no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as metas estabelecidas pela Administração foram alcançadas e, apesar da ausência de lucro no exercício e com base na nova metodologia negociada em acordo coletivo, a Companhia provisionou R\$ 1.045 de participação no resultado”. O balanço será ainda submetido à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

E agora, o que dizem os dissidentes?

O que têm a dizer aos trabalhadores os sindicatos dissidentes que desqualificaram o acordo de regramento da PLR pactuado pela FUP e ainda indicaram na base a sua rejeição? A oposição irres-

CONFIRA

No acordo que a FUP e seus sindicatos pactuaram com a Petrobrás em março de 2014, após aprovação dos petroleiros nas assembleias de base, o valor a ser pago aos trabalhadores, caso a empresa não apresente lucro, é de metade de uma remuneração mensal acrescida de metade do menor valor pago da PLR no exercício anterior. Em 2013, o piso da PLR foi de R\$ 14.879,83.

ponsável que fazem tem colocado constantemente em risco conquistas e avanços, para que continuem sustentando a divisão da categoria, custe o que custar.

Esse é o momento dos petrolei-

ros refletirem sobre como estariam hoje se tivessem caído na conversa mole destes sindicatos e seguido os indicativos de rejeição do regramento da PLR. Será que os dissidentes terão condições morais de responder?

Juventude petroleira no CA da Petrobrás



FOTO: Sindipetro/Bahia

Eleito pela categoria, Deyvid Bacelar tomou posse dia 29, assumindo o quarto mandato dos trabalhadores no Conselho de Administração

Atuante liderança sindical da nova geração de petroleiros, Deyvid Bacelar, 35 anos, assumiu quarta-feira, 29, a vaga dos trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobrás. Coordenador do Sindipetro-Bahia, um dos maiores sindicatos do país, ele vem se destacando nas lutas da categoria por condições seguras de trabalho e por uma Petrobrás efetivamente pública e transparente, comprometida com os interesses nacionais. "Terei um canal direto com os petroleiros para defender os interesses e reivindicações da nossa categoria, com total transparência e ética", ressalta Deyvid, que ingressou na Petrobrás em 2006, onde é técnico de segurança da Rlam.

Eleito pela categoria, seu mandato será o quarto desde que os trabalhado-

res passaram a ter uma representação, a partir de 2012, no CA da Petrobrás. Essa conquista, portanto, é recente e só foi possível porque a FUP e o movimento sindical classista lutaram durante décadas por este direito. Em dezembro de 2010, o então presidente Lula sancionou a Lei 12.353, que garante a vaga dos trabalhadores nos Conselhos de Administração de empresas públicas e estatais.

A partir de 2013, através do mandato de José Maria Rangel, que representava os petroleiros no CA da Petrobrás, a FUP iniciou uma nova luta para permitir que os conselheiros eleitos possam discutir e votar questões de interesse dos trabalhadores, como segurança, remuneração, relações sindicais e previdenciárias. Esse é o objetivo do Projeto de Lei 6051/2013, que Deyvid atuará para fazer avan-

ENTENDA

O Conselho de Administração é o órgão máximo de deliberação da Petrobrás, responsável por definir e aprovar o plano estratégico de negócios da empresa, eleger sua diretoria e fiscalizar a gestão e as contas da companhia. Dez conselheiros integram o CA, dos quais sete são indicados pelo acionista majoritário (a União), dois são escolhidos por acionistas minoritários (representantes de ações ordinárias e de ações preferenciais) e um é eleito pelos funcionários da Petrobrás.

çar no Congresso Nacional e ser aprovado. O PL, construído pela Federação, com apoio de parlamentares do PT e PCdoB, está em tramitação na Câmara, aguardando parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Globo: 50 anos de manipulação

FOTO: FNDCC



Enquanto a Globo comemorava seus 50 anos, omitindo do público as manipulações e mentiras que levou ao ar ao longo destas cinco décadas de monopólio, uma outra festa foi realizada do lado de fora da emissora. Movimentos sociais e ativistas que lutam pela democratização da comunicação fizeram no dia 26 uma espécie de descomemoração, com atos políticos e protestos em frente às sedes da Globo nas principais capitais do país.

No Rio de Janeiro, em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre, os manifestantes denunciaram os mal-feitos da emissora, como seu apoio ao regime militar, a tentativa de esconder o movimento Diretas Já!, a perseguição ao Brizola, a manipulação do debate entre Lula e Collor, a relação promíscua com o BNDES no governo FHC, os calotes à Receita Federal, a campanha eschachada para tentar privatizar a Petrobrás e o pré-sal, o golpismo para derrubar o governo Dilma, entre tantas outras armações.

PrimeiraMão

Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS
www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - ☎(21)3852-5002 imprensa@fup.org.br
Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763 - Texto: Alessandra Murteira w- Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.